

# Estruturando Parcerias Público-Privada (PPP) e Concessões



**Instrutor: Marcus Rodrigo de Senna**

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com MBA em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas. Advogado com mais de 37 anos de profissão, atua na área de infraestrutura há mais de 20 anos, com experiência na condução de questões complexas relacionadas a concessões, autorizações, Parcerias Público-Privadas (PPP), licitações e processos licitatórios. Por 11 anos, ocupou o cargo de Diretor Jurídico do Grupo CCR. Recebeu premiações como *Silver Award* (2016, 2017 e 2018) pelo Leaders League e como primeiro lugar Latino-americano (2012) e Global (2012) na categoria *Regulatory Non-financial Services*, pela *International Law Office* e *Association of Corporate Counsel*. Atualmente, atua como advogado com ênfase nas áreas de Infraestrutura e Direito Administrativo, assessorando clientes em diversas questões regulatórias.

## Apresentação

A delegação de serviços públicos por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões apresenta desafios significativos tanto para gestores públicos quanto para particulares. O processo inicia-se com a análise da viabilidade da delegação, escolha do modelo, verificação de sua viabilidade e definição dos investimentos desejados e seu cronograma, culminando na estruturação da modelagem. Devem, também, ser definidas a forma de regulação, os mecanismos a serem utilizados, além da metodologia de gestão do contrato.

Aspectos financeiros são cruciais, desde as decisões iniciais pela delegação até a remuneração do particular e a financiabilidade do projeto, incluindo critérios para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Ao término da PPP ou concessão, a reversão de bens, direitos e deveres ao Poder Concedente deve ocorrer adequadamente, considerando limites e responsabilidades.

Essas etapas, complexas e interligadas, compõem o amplo cenário das PPPs e concessões, e, quando bem utilizadas, tornam-se ferramentas essenciais para atingir objetivos de políticas públicas. Contudo, a complexidade das relações contratuais entre entes públicos e privados exige a convergência de regras e conceitos para alcançar o interesse coletivo em serviços públicos adequados e eficientes.

O curso tem por objetivo proporcionar uma visão abrangente dos conceitos e fundamentos da delegação de serviços públicos, analisar as responsabilidades do Poder Concedente, identificar pontos de atenção para uma delegação consistente, observar aspectos fundamentais das modelagens jurídicas, técnicas e financeiras, estudar mecanismos de gestão contratual e analisar aspectos financeiros, controle de contratos e término contratual.

## Programa:

### 1. Delegação de serviços públicos e os objetivos do Estado

- O Estado e os serviços públicos – noção de poder x dever de prestar e o princípio da eficiência
- Delegação da prestação de serviços públicos – CF/1988, competência.
- Titularidade dos serviços públicos – delegação, responsabilidade, regulação e fiscalização
- Desestatização, privatização, concessão – conceitos, amplitude e espécies
- A segurança jurídica e a delegação dos serviços públicos – atratividade de projetos e perenização do modelo

### 2. Principais aspectos da estruturação de concessões e PPPs

- Estruturação do projeto – a origem do interesse e as possíveis formas (própria ou contratada, via órgãos de fomento ou multilaterais, interesse privado (PMI e MPI)
- Viabilidade – estudos técnicos e econômicos – EVTEA, CAPEX e OPEX, receita, modelo econômico, remuneração
- Matriz de Riscos, mecanismos de mensuração de qualidade e de desempenho
- Estudos jurídicos – elaboração de documentos licitatórios, audiência e consulta pública

### 3. Principais aspectos financeiros dos projetos

- Receitas (principal, acessórias e de projetos associados) e rentabilidade (a TIR e outros modelos)
- Financiamento – garantias, direitos emergentes, step in – regras e efeitos
- Participação financeira do Concedente – PPPs, aportes, assunção de obrigações
- Equilíbrio econômico-financeiro e recomposição – previsão legal, aplicação
- Término contratual: a reversibilidade de bens (definições, critérios e mecanismos) e os efeitos em projetos associados e receitas acessórias

### 4. Gestão, fiscalização, controle e regulação

- Processo administrativo de gestão – aspectos jurídicos, conceito, importância e efeitos
- Processo administrativo sancionatório – dever de fiscalizar e o respeito ao contrato – direito constitucional ao devido processo legal
- Controle interno e externo (Tribunais de Contas, Ministério Público), direto e indireto
- As entidades reguladoras – independência, autonomia e equidistância
- Regulação discricionária x regulação contratual – a regulação responsiva e o consensualismo

**Público-alvo:** gestores e técnicos do setor público das áreas de planejamento, estratégia, auditoria, controles internos e jurídico que trabalham direta ou indiretamente com as atividades relacionadas às PPP e Concessões.

Ao término do curso o aluno receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

**Carga Horária:** 16 horas

**Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.**

**Para mais informações, acesse:**

**[Estruturando Parcerias Público-Privada \(PPP\)  
e Concessões](#)**

